

**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

236

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 324754-1

Agravante: SANDVIK MINING AND CONSTRUCCION DO BRASIL S/A.

Agravada: AGÍLIS - MINERAÇÃO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. TUTELA ANTECIPADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE LESÃO GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

1. O Agravo de Instrumento sofreu modificações com o advento da Lei n.º 11.17/2005, a principal mudança foi transformar o agravo retido como regra geral para atacar as decisões interlocutórias, somente admitindo-se na sua forma de instrumento nos casos expressamente previstos no caput do art. 522, do CPC, ou seja, quando houve risco de lesão grave ou de difícil reparação.

2. No caso, a suspensão do protesto de cheque emitido pela agravada, mediante prestação de garantia, não se presta a causar qualquer dano irreparável ou de difícil reparação, muito menos grave lesão à agravante.

3. Portanto, inexistente qualquer das exceções constantes nos artigos 522 e 527, inciso II, do CPC.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo Regimental n. 324754-1 em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao Agravo Regimental, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife, 09.11.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

233

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 324754-1

Agravante: SANDVIK MINING AND CONSTRUCCION DO BRASIL S/A.

Agravada: AGÍLIS - MINERAÇÃO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental interposto por SANDVIK MINING contra decisão de minha relatoria às fls. 200/201.

Adoto o relatório da decisão terminativa ora agravada, adiante transcrito:

"Ação originária: AGÍLIS - MINERAÇÃO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA ajuizou ação cautelar com pedido de antecipação de tutela contra SANDVIK MINING AND CONSTRUCCION DO BRASIL S/A, requerendo a suspensão do protesto do cheque n. 001110 (R\$ 32.643,00), sob fundamento de ser o título dado em transação mercantil não efetivada.

Decisão interlocutória agravada (fls. 68): deferiu o pedido de tutela antecipada, para determinar ao Cartório de Protestos do 2º Ofício a sustação do protesto, ou de seus efeitos, do cheque caracterizado na inicial, acolhendo a caução prestada na apostila (fls. 62/64).

No momento cuido de agravo de instrumento interposto pela SANDVIK contra a decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 7ª Vara Cível da Comarca do Recife.

Agravo de instrumento da SANDVIK (fls. 02/13): **Sem preliminares. No mérito,** defende o deferimento do efeito suspensivo a fim de impedir a sustação do protesto do cheque, alegando a ausência dos requisitos autorizadores para a concessão da antecipação.

Despacho (fl. 187): determinei a intimação da agravada para, querendo, apresentar resposta ao presente recurso, no prazo de 10 dias.

Contrarrazões da AGÍLIS (fls. 192/196): pugna pela improcedência do agravo de instrumento."

E acrescento:

Decisão terminativa às fls. 200/201: converteu o agravo de instrumento em agravo retido, pois não foi verificado nenhuma das exceções autorizadas da interposição do agravo na modalidade instrumental, quais sejam, lesão grave e de difícil reparação.

A **SANDVIK MINING** nas razões deste recurso pugna pela reforma do julgado, de modo a permitir o processamento do agravo de instrumento, sustentando mesmos fundamentos levantados no agravo de instrumento.

Diante da previsão contida no art. 254, §1º, do RITJPE, por não exercer o juízo de retratação, coloco o recurso em mesa para julgamento, independentemente de pauta.

É o relatório.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

234

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 324754-1

Agravante: SANDVIK MINING AND CONSTRUCCION DO BRASIL S/A.

Agravada: AGÍLIS – MINERAÇÃO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Nos termos do disposto no art. 557, §1º, do CPC não exerço juízo de retratação sobre a decisão terminativa prolatada.

O caso dos autos envolve a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, tendo em vista a possibilidade de espera de futura decisão no feito originário, sem a ocorrência de lesão grave e de difícil reparação.

O interesse perseguido pela agravante é a suspensão da decisão interlocutória prolatada pelo juízo originário, a qual, acolhendo a caução prestada, determinou a sustação do protesto de cheque emitido pela agravada.

Em razão da agravante apenas ter ratificado os argumentos expostos no agravo de instrumento, verifico que todas as suas alegações foram rebatidas pela decisão agravada às fls. 200/201.

Assim, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Desta feita, reporto-me ao mérito da decisão recorrida, *in verbis*:

"Cumprе registrar, inicialmente, ter a Lei nº 11.187/2005, de 19 de outubro de 2005, introduzido modificações nos artigos 522, 523 e 527 do Código de Processo Civil, alterando a disciplina do cabimento dos agravos retido e de instrumento. A redação revogada destes artigos afirmava como regra o cabimento do agravo de instrumento contra as interlocutórias, e, após a alteração, a regra passou a ser a modalidade de agravo retido.

A lei anteriormente referida alterou o art. 522 do CPC o qual passou a estabelecer o seguinte:

"das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento".

O art. 527 do CPC, no inciso II, preceitua: "... o relator converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".

Atualmente, portanto, ante as modificações trazidas pela Lei nº 11.187/2005, o agravo há de ser interposto na forma retida. Para ocorrer a instrumentalização do recurso, faz-se necessária a demonstração da existência de urgência no julgamento da inconformidade, ou seja, que a decisão recorrida seja suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.

Diante das alterações introduzidas, a lei não mais permite à parte escolher dentre uma das duas modalidades de interposição do recurso de agravo, isto é, na modalidade retida ou instrumentalizada, pois impõe que o agravo será em regra retido.

Logo, para a irresignação ser recebida excepcionalmente por instrumento, cumpre à agravante demonstrar a possibilidade da decisão impugnada causar-lhe lesão grave e de difícil reparação. Não basta o mero inconformismo com a decisão.

No caso em tela, a agravante apresenta mero inconformismo, sem demonstrar que a decisão do juízo a quo é suscetível de causar-lhe lesão grave e de difícil reparação, não havendo urgência, portanto, no exame da irresignação.

Portanto, na prática, a suspensão do protesto de cheque emitido pela agravada, não se presta a causar qualquer dano irreparável ou de difícil reparação, muito menos grave lesão à agravante.

Uma vez ausentes os pressupostos de lesão grave e de difícil reparação, a modalidade de agravo deve ser o retido. Esse, inclusive, também é o entendimento do TJPE materializado em diversas decisões, senão vejamos:

RECURSO DE AGRAVO - TUTELA ANTECIPADA - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM AGRAVO RETIDO - AUSÊNCIA DE LESÃO GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

1. O Agravo de Instrumento sofreu modificações com o advento da Lei n.º 11.17/2005. a principal mudança foi transformar o agravo retido como regra geral para atacar as decisões interlocutórias, somente admitindo-se na sua forma de instrumento nos casos expressamente previstos no caput do art. 522, do CPC, ou seja, quando houve risco de lesão grave ou de difícil reparação.

2. **Ausência das exceções constantes nos artigos 522 e 527, inciso II, do CPC, destacando-se o débito em questão ser de pequena monta e estar em discussão judicial, não havendo como gerar grave dano a Celpe.**

(TJPE. RA 258735-9/01, 3ª Câmara Cível, Rel. Des. Francisco Eduardo Goncalves Sertorio Canto, Julgamento: 26/01/2012. (original sem destaques)

PROCESSO CIVIL. DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARBITRAMENTO DE MULTA. TRANSFORMAÇÃO EM AGRAVO RETIDO. REGRA GERAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DOS ALEGADOS PREJUÍZOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADES. MANUTENÇÃO DO DECISÓRIO PROFERIDO EM SEDE DE AGRAVO INSTRUMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

- A regra para a interposição do agravo, após as modificações ocorridas no direito processual civil, é a modalidade retida, portanto, no caso em apreço, como não ficou configurada a necessidade de ser interposto o agravo na modalidade instrumental, por se tratar de um arbitramento de multa em caso de descumprimento da determinação judicial, não pode ser aceita a interposição na espécie instrumental;

- **Não restaram configurados os requisitos necessários a modificação do decisório, quais sejam o periculum in mora e o fumus boni iuris, portanto, deve permanecer incólume a decisão que transformou o agravo de instrumento em retido, por não ficarem evidentes prejuízos irreparáveis ou de incerta reparação ao recorrente;**

- Agravo regimental improvido. Decisão unânime.

(TJPE. AR 200793-4/01. Silvio de Arruda Beltrão. 3ª Câmara Cível. Data de julgamento: 15/12/2010). (original sem destaques)

E mais:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA FUNDADA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INADEQUAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM AGRAVO RETIDO. **DECISÃO AGRAVADA INSUSCETÍVEL DE CAUSAR À PARTE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO.** FUMUS BONI JURIS E PERICULUM IN MORA NÃO DEMONSTRADOS. DECISÃO IRRETOCÁVEL. RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

(...)

2. **A adequada utilização do agravo, na modalidade instrumental, exige que estejam comprovados nos autos os requisitos autorizadores insculpidos no**

caput, do art. 522 do CPC, quais sejam: lesão grave e de difícil reparação. No entanto, a parte Agravante não conseguiu desincumbir-se de tal ônus.

3. Agravo Regimental conhecido e não provido à unanimidade.

(TJPE; AR191866-1/01. João Bosco Gouveia de Melo. 7ª Câmara Cível. Data de julgamento: 22/09/2009). (original sem destaques)

Como se percebe, o interesse perseguido pela agravante é a suspensão da decisão interlocutória que determinou a sustação do protesto de cheque emitido pelo agravado, a qual, por si só não caracteriza o perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

Assim, não se prova qualquer dano urgente à agravante, no caso em tela, devendo ser mantido o decisório proferido até o julgamento final do processo principal."

No caso, a suspensão do protesto de cheque emitido pela agravada, mediante prestação de garantia, não se presta a causar qualquer dano irreparável ou de difícil reparação, muito menos grave lesão à agravante.

No caso concreto, a SANDVIK MINING reitera seu inconformismo, sem demonstrar que a decisão do juízo *a quo* é suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação, não havendo urgência, portanto, no exame da irresignação a justificar o processamento do agravo de instrumento.

É de se destacar a existência de fundamentação na decisão recorrida tratando, detalhadamente, dos requisitos ensejadores da conversão do presente agravo em retido.

Portanto, não há justificativas para processar o agravo na forma de instrumento, mantendo a determinação de sua conversão em agravo retido, por ausência dos requisitos processuais.

Em face do disposto, conheço do presente recurso, mas voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática.

É o voto.

Recife, 14/11/2014

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator